

TERRAS

Lula titula áreas quilombolas após 4 anos de paralisação

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomou ontem a política de reconhecimento de territórios tradicionais quilombolas, com a assinatura da titulação de três áreas, onde vivem 936 famílias. A titulação de áreas onde vivem descendentes de africanos escravizados durante a colonização portuguesa do país havia sido interrompida deliberadamente no governo o ex-presidente Jair Bolsonaro. A última titulação foi a do quilombo Paiol de Telha, no Paraná, por força de uma determinação judicial.

"Muito se falou sobre demo-

cracia nesses últimos anos, em que ela esteve efetivamente ameaçada. A verdade é que nenhum país do mundo será uma verdadeira democracia enquanto a cor da pele das pessoas determinar as oportunidades que elas terão ou não ao longo da vida", afirmou Lula.

De acordo com o Ministério da Igualdade Racial, Lula assinou a titulação de três territórios quilombolas em dois estados. A área de Brejo dos Crioulos, em Minas Gerais, teve 2,2 mil hectares reconhecidos, uma titulação parcial, já que o total do território soma mais de 8,1 mil hectares. Na comunidade, vivem 630 famílias.

Em Sergipe, foram titulados

dois territórios. Um deles é Serra da Guia, no município de Poço Redondo, onde vivem 198 famílias, em uma área total de 9 mil hectares, dos quais 806 hectares foram titulados. O outro é o território Lagoa dos Campinhos, nos municípios de Amparo de São Francisco e Telha. Tem área total de 1.263 hectares, mas a parte titulada corresponde a 111 hectares. No total, 108 famílias vivem nesta área.

A titulação de áreas quilombolas será parte do programa Aquilomba Brasil, que também prevê ações nas áreas moradia, educação e infraestrutura, como construção de moradias e ampliação de eletrificação em áreas

rurais ainda não contempladas.

"A promoção de direitos para as comunidades quilombolas no Brasil é um ato de reparação à enorme dívida histórica que o Estado brasileiro tem com estas populações. A partir do Programa Aquilomba Brasil, no eixo acesso à terra, vamos organizar, junto com o Incra, uma agenda nacional de titulação, que começa com os títulos entregues hoje pelo nosso presidente", afirmou a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

A titulação, de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é a última etapa do processo de reconhecimento de um território tradicional.

LAVA JATO

Justiça solta Youssef pela segunda vez em menos de 24 horas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Em um dia de reviravoltas para Alberto Youssef, o juiz Eduardo Fernando Appio, da 13ª Vara Federal em Curitiba, decidiu cumprir a decisão de segunda instância e mandou soltar o doleiro, um dos delatores da Operação Lava Jato. Foi a segunda decisão de soltura proferida em menos de 24 horas.

A decisão foi tomada após o

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), sediado em Porto Alegre, conceder novo habeas corpus a favor do doleiro. Horas antes, o desembargador Marcelo Malucelli, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), sediado em Porto Alegre, havia entendido haver ilegalidade na decretação da prisão, ocorrida na segunda-feira, e determinou sua soltura.

No entanto, Appio decretou

nova prisão de Youssef mesmo após a determinação do TRF4. Ao manter a prisão, o juiz argumentou que novos documentos justificaram a decisão. Porém, em uma nova decisão, o magistrado da 13ª Vara Federal em Curitiba determinou a soltura do doleiro. Foram três decisões a respeito da liberdade do delator da Operação Lava Jato ao longo de ontem. Duas pela liberdade e uma pela manutenção da sua prisão.

Ao decretar a prisão de Youssef, Appio levou em conta informações prestadas pela Receita Federal sobre o patrimônio do doleiro. De acordo com a decisão, Youssef não devolveu aos cofres públicos todos os valores desviados e possui vida incompatível com a "situação da imensa maioria dos cidadãos brasileiros". Segundo a Receita, ele tentou ainda comprar um helicóptero e um avião.

CONTRABANDO

Defesa de Bolsonaro quer entregar armas e joias, mas não sabe onde

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) enviou um ofício ao TCU (Tribunal de Contas da União) ontem em que afirma que já está pronta para fazer a entrega de duas armas trazidas por ele do

Oriente Médio e de joias apresentadas pela Arábia Saudita —mas que não sabe para onde enviá-las.

Segundo o advogado Paulo Amador da Cunha Bueno, que representa o ex-mandatário, a

Corte de Contas informou a Secretaria-Geral da Presidência como o destino dos itens, mas não especificou o endereço ou setor que deveria recebê-los.

Bueno diz que já tinha um

voo agendado para estar terça com o objetivo de levar os itens até Brasília, mas cancelou diante da incerteza e do risco de transitar com os itens sem saber para onde levá-los.

MAIS UMA PATIFARIA

Magno Malta faz discurso transfóbico em evento com Michelle Bolsonaro

O senador Magno Malta (PL-ES) fez uma fala transfóbica durante evento que marcou a posse de Michelle Bolsonaro no comando do PL Mulher, ontem, em Brasília.

No mesmo encontro, o deputado Eduardo Bolsonaro, filho

de Jair Bolsonaro, tratou com ironia discurso transfóbico feito pelo deputado bolsonarista Nikolas Ferreira, no Dia Internacional da Mulher.

No palco ao lado de demais autoridades, Magno Malta afirmou que mulheres são mais for-

tes do que os homens, porque "mulher tem útero".

"Mas tem uma coisa que as faz assim: mulher nasceu com uma peça a mais. Os homens são mais fracos porque têm essa peça a menos e nunca vão ter, nem com cirurgia nem querendo nem com

ideologia. Mulher tem útero. (Homens) nunca terão", afirmou.

As declarações ocorrem duas semanas após o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) colocar uma peruca e fazer um discurso transfóbico no plenário da Câmara dos Deputados.

GRITO DAS ÁGUAS

Especialistas pedem ações do governo contra mudanças climáticas

PEDRO LACERDA/ABRASIL

A intensidade e a velocidade com que mudanças climáticas vem ocorrendo nas últimas décadas, caracterizadas por chuvas intensas e desastres naturais, têm preocupado especialistas. Para a coordenadora do Seminário Internacional Grito das Águas do Distrito Federal, a professora da Universidade de Brasília Rosângela Correa, essas mudanças têm principalmente dois impactos: o excesso de chuvas ou a seca. E os mais afetados são os moradores de comunida-

des mais pobres.

"Em qualquer uma das duas situações, os mais afetados são as populações vulneráveis, as populações mais pobres e que estão e são as que menos contribuem pra essas mudanças climáticas. Vulcões, furacões, enchentes fazem parte do movimento do planeta Terra. A questão é a velocidade com que esses fenômenos vêm acontecendo nas últimas décadas e a intensidade".

Na avaliação da professora, a solução do problema das mudanças climáticas passa pelo en-

volvimento das universidades, dos governos, dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, iniciativa privada e cidadãos.

De acordo com especialistas participantes do seminário, o crescimento desordenado e a falta de investimento em políticas públicas, especialmente em saneamento básico, estão entre os principais fatores para esse cenário de degradação ambiental. Rosângela critica a falta de empenho político do Congresso Nacional em reverter esse cenário.

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Dia 22 de março é o Dia Mundial da Água, data criada com o objetivo de promover conscientização sobre a relevância da água para a nossa sobrevivência e de outros seres vivos. A data foi sugerida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 e passou a ser comemorada em 1993. Além disso, é um momento para lembrar a importância do uso sustentável desse recurso e a urgente necessidade de conservação dos ambientes aquáticos, evitando poluição e contaminação.

VILA NOVA PALESTINA

Ex-secretário confirma acordo com o MTST negado pelo Prefeito

WIKIPÉDIA

O MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) acusa o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) (foto), de descumprir um compromisso feito por ele mesmo e por seu antecessor, Bruno Covas (PSDB), ao barrar a construção de moradias populares na Vila Nova Palestina, ocupação situada na zona sul da capital.

Centenas de famílias vivem no local em situação precária, de acordo com o movimento social. Durante a gestão de Covas, foi firmado um acordo que previa que 30% do terreno fosse usado para a construção de moradias, e o restante, para a criação de um parque municipal ecológico.

À coluna, o ex-secretário da Casa Civil Orlando Faria confirma o acordo. E diz que Bruno Covas chegou a se reunir com o líder do MTST e hoje deputado federal, Guilherme Boulos (PSOL-SP), para confirmar a desapropriação do terreno privado e a realização do projeto habitacional.

"Me lembro porque foi a última vez que falei com o Bruno. Depois, ele ficou no hospital", afirma Faria. "Ele me ligou, disse que estava com o Guilherme (Boulos) e falou: 'Combinei com o Guilherme, vamos desapropriar a Nova Palestina. Toca aí os procedimentos necessários'", relembra o ex-secretário.

De acordo com o ex-chefe da Casa Civil paulistana, um estudo feito à época liberou o uso de 30% do terreno para a construção de casas populares. "Não seria a área inteira da proteção ambiental", destaca Faria.

O estudo feito pela Prefeitura de São Paulo na gestão Covas vai de encontro com declarações recentes de Ricardo Nunes. Na semana passada, o prefeito afirmou ter recebido um relatório da Secretaria do Verde e Meio Ambiente que classificava a área como de interesse ambiental e recomendava que todo o terreno fosse transformado em parque.

Em entrevista à CNN Brasil, o emedebista ainda disse que a área de proteção ambiental foi invadida em 2013 pelo movimento político "liderado pelo Guilherme Boulos" e que hoje não há mais que "alguns poucos" residentes na Vila Nova Palestina.

"Aquele área onde eles queriam que eu desapropriasse e passasse para eles, realmente tem um interesse da cidade, de todos, meu, seu, de todo mundo, para a gente poder fazer essa preservação ambiental. Até porque é uma área próxima da represa Guarapiranga", afirmou Nunes.

"Não existe nenhum acordo



desfeito. Eu não fiz nenhum acordo com ninguém. O que tem é uma definição de uma política pública correta de fazer habitação, mas não no local que foi invadido. E a secretaria do Meio Ambiente indica que (a Vila Nova Palestina) seja um local para ser recuperado ambientalmente", disse ainda.

O MTST, porém, contesta a versão do prefeito e afirma que ele teria reafirmado o compromisso firmado por Bruno Covas durante reunião realizada em 14 de outubro de 2021. A realização da reunião é confirmada pelo ex-secretário da Casa Civil Orlando Faria, que na ocasião ainda chefiava a pasta.

"É, no mínimo, surpreendente que a Prefeitura de São Paulo contradiga sua posição e ameace, repentinamente, cancelar a desapropriação", afirma o movimento social, em nota.

"O MTST cobra a abertura de diálogo e o cumprimento dos compromissos firmados pela prefeitura, e que a pauta habitacional da cidade não seja utilizada com descaso e como palco para disputa eleitoral", segue.

Quando o MTST ocupou a área, em 2013, a região da Vila Nova Palestina era classificada como Zona de Proteção e Desenvolvimento Sustentável no cordão verde da represa Guarapiranga. Somente 10% do espaço podia ser utilizado para moradia.

O movimento, sob a liderança de Boulos, passou a cobrar do então prefeito Fernando Haddad (PT) que revogasse um decreto assinado anos antes pelo ex-secretário de Verde e Meio Ambiente Eduardo Jorge que determinava a instalação de um parque ecológico naquele terreno.

Um dos maiores críticos da ocupação foi o vereador Gilberto Natalini (ex-PV e hoje sem partido), que apontava a área como sendo de manancial e potencialmente prejudicial ao abastecimento da cidade.

Em 2019, o então prefeito Bruno Covas editou um decreto em que afirmava o interesse em construir moradias populares na região da Vila Nova Palestina.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBIVOS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 33ª (TRIGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª (Primeira) Série da 33ª (Trigésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, Bloco 07, Sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Fiduciário"), além dos Titulares dos CRI, a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRI ("AGT"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 13 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 09 de fevereiro de 2023, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 e 29 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia 10 de abril de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRI, para, nos termos da cláusula 13.2 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Renúncia ou perdão temporário pelo descumprimento de prazo para registro previsto na Cláusula 3.2.1 dos Instrumentos Particulares de Alienação Fiduciária De Direitos De Superfície E Outras Avenças de cada SPE; (ii) Renúncia ou perdão temporário pelo descumprimento determinadas Condições Precedentes, bem como a concessão prazo adicional para conclusão do cumprimento de Condições Precedentes; (iii) Caso aprovada a ordem do dia anterior autorizar a concessão de prazo adicional para conclusão do respectivo registro dos Instrumentos Particulares De Alienação Fiduciária De Direitos De Superfície E Outras Avenças de cada SPE; (iv) A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 05 (cinco) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails af.assembleias@oliveiratrust.com.br e af.contores@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI FORGREEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimento: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo de Securitização, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET, bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 21 de Março de 2023.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição